



CADERNO DE QUESTÕES

FISCAL DE OBRAS

NÍVEL MÉDIO / MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este Caderno de Questões contém 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha.
2. Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. A totalidade da Prova terá a duração de 3h (três horas), incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva.
4. Iniciada a Prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas 1h (uma hora) de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o Caderno de Questões e a Folha de Respostas da Prova Objetiva.
5. A Folha de Respostas da Prova Objetiva será o único documento válido para correção.
6. O candidato somente poderá levar o Caderno de Questões da Prova Objetiva quando faltarem 60 (sessenta) minutos para o término do horário estabelecido para o fim da prova.
7. Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
8. Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e, depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
9. O candidato, ao terminar a prova, deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.
10. Os dois últimos candidatos sairão juntos.

ATENÇÃO!

A transcrição da frase mestra é obrigatória, e servirá para identificar o cartão resposta do candidato, bem como possibilitar o Exame Pericial Grafotécnico, quando for o caso. A falta da transcrição poderá ocasionar a eliminação do candidato.

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada!

O Caderno de Questões e Gabarito Preliminar da Prova Objetiva serão divulgados no endereço <www.paconcursos.com.br>

DESTAQUE AQUI

01		11		21		31		41	
02		12		22		32		42	
03		13		23		33		43	
04		14		24		34		44	
05		15		25		35		45	
06		16		26		36		46	
07		17		27		37		47	
08		18		28		38		48	
09		19		29		39		49	
10		20		30		40		50	

LINGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01

Leia o texto:

“A recente popularização dos aplicativos de mobilidade urbana não pode ser vista como uma mera substituição de um serviço por outro. Trata-se de um fenômeno complexo que redefine a relação das pessoas com o espaço da cidade, impacta a economia informal e gera novos debates sobre legislação trabalhista. Embora ofereça praticidade, sua atuação em áreas periféricas ainda é incipiente, o que acentua desigualdades territoriais preexistentes”.

COSTA, M. Urbanidade e Tecnologia. São Paulo: Editora Moderna, 2023.

Com base no texto, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) O fenômeno da mobilidade urbana é analisado para além de uma simples troca de serviços.
- (B) A atuação dos aplicativos gera consequências na esfera econômica e jurídica.
- (C) A tese central do texto é a superioridade dos aplicativos em relação ao transporte tradicional.
- (D) Existe uma relação crítica entre a atuação dos aplicativos e a dinâmica das cidades.
- (E) A praticidade do serviço é reconhecida, mas não isenta o fenômeno de críticas.

QUESTÃO 02

No período “**Embora** o resultado tenha sido positivo, é necessário cautela, **pois** os dados ainda são preliminares.”, os conectivos destacados estabelecem, respectivamente, relações de:

- (A) Conformidade e explicação.
- (B) Concessão e comparação.
- (C) Condição e consequência.
- (D) Comparação e finalidade.
- (E) Concessão e causa.

QUESTÃO 03

As palavras: **super-homem**, **reescrever** e **coca-cola** são formadas, respectivamente, pelos processos de:

- (A) Derivação prefixal, composição por justaposição e derivação sufixal.
- (B) Derivação prefixal, prefixação e composição por justaposição.
- (C) Derivação sufixal, composição por justaposição e prefixação.

(D) Derivação prefixal, composição por aglutinação e derivação prefixal e sufixal.

(E) Derivação sufixal, composição por justaposição e derivação prefixal.

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa em que a concordância verbal está **INCORRETA** de acordo com a norma-padrão.

- (A) É preciso que se providencie os documentos.
- (B) A maioria dos candidatos chegou atrasada.
- (C) Fazia muitos anos que não nos víamos.
- (D) Os Estados Unidos são uma potência econômica.
- (E) Já é uma e meia da tarde.

QUESTÃO 05

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas e acentuadas **CORRETAMENTE**, de acordo com a norma-padrão.

- (A) Herói, jiboia, gratuito, saída.
- (B) Circuito, ideia, baú, café.
- (C) Itens, crêem, paciência, enjôo.
- (D) Veêm, ruím, saúde, âmbito.
- (E) Pônei, constrói, refém, ícone.

QUESTÃO 06

A expressão “Precisa-se de digitadores experientes” apresenta uma construção em que a partícula “se” exerce a função de:

- (A) Pronome recíproco.
- (B) Índice de indeterminação do sujeito.
- (C) Pronome reflexivo.
- (D) Parte integrante do verbo.
- (E) Pronome apassivador, formando a voz passiva sintética.

QUESTÃO 07

A crase está empregada **CORRETAMENTE** em:

- (A) Refiro-me àqueles professores dedicados.
- (B) O pedido foi encaminhado à todos os setores.
- (C) Daqui à pouco, começará a reunião.
- (D) Fui à São Paulo resolver questões pessoais.
- (E) Ele se dirigiu à mim com muita educação.

QUESTÃO 08

A vírgula foi empregada **CORRETAMENTE** em:

- (A) Os candidatos que estudaram, foram aprovados com louvor.
- (B) Entretanto, é preciso considerar, os aspectos subjetivos da questão.
- (C) O diretor, o coordenador e o professor, reuniram-se ontem.
- (D) Declaro, para os devidos fins, que o documento é autêntico.
- (E) Paulo, esperou por muito tempo, pelo resultado da ação.

QUESTÃO 09

Massa de Panqueca Simples

Ingredientes:

- 1 ovo
- 1 xícara de farinha de trigo
- 1 xícara de leite
- 1 pitada de sal
- 1 colher de sopa de óleo

Modo de preparo: bata todos os ingredientes no liquidificador. A seguir, aqueça uma frigideira untada com um fio de óleo em fogo baixo.

Coloque um pouco da massa na frigideira não muito quente e esparrame de modo a cobrir todo o fundo e ficar só uma camada fina de massa.

Deixe igualar os dois lados, até que fiquem levemente douradas. Retire com a espátula, e sirva com o recheio de sua preferência.

Sugestão de recheio: carne moída, queijo e geleia.

Disponível em: <https://www.tudogostoso.com.br/receita/113143-massa-de-panqueca-simples.html>. Acesso em: 15 out. 2025

Um texto que tem como finalidade principal instruir o leitor sobre a execução de uma tarefa, utilizando linguagem clara e direta, com verbos frequentemente no modo imperativo, pertence à tipologia textual:

- (A) Narrativa.
- (B) Descritiva.
- (C) Expositiva.
- (D) Argumentativa.
- (E) Injuntiva.

QUESTÃO 10



Disponível em: <https://4.bp.blogspot.com/-6bHblzRXyE/Ws0p8SDCndI/AAAAAAAAAWA/tYYw8yGvcJ0x82QJiIN2T61QFwNBvTtkwCLcBGAs/s1600/KISUCO.png>. Acesso em: 16 out. 2025

Na frase do cartaz publicitário: “O refresco da Jarrinha Sorridente”, há a presença de uma figura de linguagem que consiste em:

- (A) Metáfora, pois está estabelecendo uma relação de semelhança implícita.
- (B) Metonímia, pois está substituindo a causa pelo efeito.
- (C) Hipérbole, pois está apresentando uma ideia exagerada.
- (D) Prosopopeia, pois está atribuindo uma característica humana à jarra.
- (E) Eufemismo, pois está suavizando a ação do produto.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 11

Em um município litorâneo, a administração local instituiu um programa de educação ambiental voltado à preservação dos manguezais, ecossistemas essenciais à biodiversidade, à regulação climática e à proteção costeira. O programa envolve ações educativas, mobilização comunitária e campanhas públicas.

Considerando os princípios da educação ambiental e do uso sustentável previstos na legislação brasileira, aponte a alternativa **CORRETA** sobre a abordagem adequada para esse programa.

(A) A efetividade do programa depende fundamentalmente de processos educativos contínuos e formais, sendo a participação comunitária um elemento acessório e não essencial à sua implementação.

(B) A incorporação de saberes tradicionais e práticas locais pode ser admitida desde que subordinada às diretrizes técnicas estabelecidas exclusivamente por órgãos ambientais federais.

(C) A educação ambiental deve articular conhecimento científico e saberes comunitários, estimulando práticas sustentáveis e consolidando a corresponsabilidade social na preservação dos ecossistemas.

(D) A proteção dos manguezais no contexto urbano pode prescindir de regulamentação municipal específica, bastando a aplicação direta das normas gerais de proteção ambiental já existentes.

(E) O uso sustentável dos manguezais autoriza a exploração periódica de seus recursos, desde que previamente autorizada por estudo de impacto ambiental simplificado conduzido pelo município.

QUESTÃO 12

No contexto da colonização portuguesa, o atual município de Cairu, situado no arquipélago de Tinharé, destacou-se como um dos mais antigos núcleos de ocupação do litoral sul da Bahia, desempenhando papel estratégico na estruturação territorial do Brasil colonial. Sua posição geográfica favoreceu a navegação de cabotagem, a integração às rotas atlânticas e a instalação de estruturas administrativas e religiosas que consolidaram a presença lusa na região. A permanência de elementos arquitetônicos coloniais e sua atual relevância turística revelam continuidades históricas significativas.

Considerando esse processo e a importância regional de Cairu, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) A localização insular de Cairu contribuiu para seu papel logístico no sistema colonial, integrando rotas marítimas e servindo como entreposto de redistribuição de mercadorias entre diferentes núcleos da Capitania da Bahia.

(B) A formação urbana de Cairu foi impulsionada por estratégias da Coroa voltadas à consolidação da presença portuguesa e à articulação de estruturas político-administrativas no litoral atlântico.

(C) O patrimônio arquitetônico de Cairu, formado em grande parte por edificações religiosas e civis do período colonial, constitui elemento central de sua identidade histórica e atratividade turística contemporânea.

(D) A atual dinâmica econômica de Cairu se ancora, em parte, na valorização de seu passado histórico e de sua paisagem natural, elementos fundamentais para o turismo cultural e ecológico.

(E) A relevância econômica de Cairu circunscreveu-se ao período imperial, quando a navegação de cabotagem substituiu por completo a importância estratégica que possuía durante a colonização portuguesa.

QUESTÃO 13

A intensificação da globalização no século XX e início do XXI consolidou os blocos econômicos como instrumentos estratégicos de integração regional, destinados a ampliar o comércio, reduzir barreiras alfandegárias, fortalecer a competitividade dos países e, em estágios mais avançados, harmonizar políticas econômicas e institucionais. A União Europeia representa um exemplo singular desse processo, ao ultrapassar a dimensão econômica e alcançar níveis de união política e monetária. Já o Mercosul constitui um bloco intergovernamental que busca a integração econômica e a coordenação política entre seus Estados-membros.

Considerando as características, os objetivos e os diferentes graus de integração dos blocos econômicos no contexto da globalização, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) A União Europeia constitui um exemplo de bloco econômico que ultrapassou a integração meramente comercial, assegurando a livre circulação de bens, pessoas, serviços e capitais, além de adotar moeda única em parte de seus Estados-membros.

(B) O Mercosul tem como metas a eliminação progressiva de barreiras tarifárias e a criação de uma tarifa externa comum, embora não disponha de moeda única nem de autoridade monetária supranacional.

(C) Blocos econômicos em estágios mais avançados de integração podem estabelecer políticas comuns em setores estratégicos, como agricultura e meio ambiente, com vistas à harmonização normativa e à redução de assimetrias internas.

(D) A adesão ao Mercosul envolve a adoção de compromissos de política externa que buscam a convergência programática entre os membros, o que na prática tem sido interpretado como vinculação diplomática conjunta em organismos multilaterais e negociações internacionais.

(E) A globalização favorece a formação e o fortalecimento de blocos econômicos, que atuam como mecanismos de ampliação da competitividade regional e de projeção geopolítica de seus integrantes.

QUESTÃO 14

O uso intensivo das redes sociais transformou a dinâmica da vida contemporânea, trazendo benefícios comunicacionais, mas também desafios à saúde preventiva, ao bem-estar digital e à responsabilidade individual e coletiva. A exposição constante a fluxos informacionais e interações online pode afetar a saúde mental, enquanto a propagação de conteúdos falsos compromete a integridade do ambiente digital. Nesse cenário, a adoção de práticas conscientes é essencial para a construção de ecossistemas informacionais seguros e saudáveis.

Considerando essas dimensões, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) A responsabilidade coletiva envolve a construção de ambientes digitais íntegros, o incentivo à alfabetização midiática e a adoção de mecanismos de enfrentamento a discursos nocivos e práticas abusivas no espaço virtual.

(B) A responsabilidade individual no ambiente digital compreende a verificação das informações antes do compartilhamento, mas não se estende à análise crítica dos efeitos emocionais que os conteúdos podem produzir.

(C) A saúde preventiva nas redes sociais está relacionada à gestão do tempo de uso, não sendo influenciada pela natureza das interações nem pela qualidade dos conteúdos acessados.

(D) O uso consciente das redes requer evitar conteúdos polêmicos, pois a interação com temas controversos representa risco direto à saúde mental e à coesão social.

(E) A saúde mental digital decorre exclusivamente do equilíbrio entre tempo online e offline, independentemente da complexidade das dinâmicas relacionais estabelecidas nas redes.

QUESTÃO 15

O período da Nova República, iniciado em 1985 com a redemocratização brasileira, representou uma profunda reconfiguração institucional e socioeconômica do país. Marcado pelo fim do regime militar, pela promulgação da Constituição de 1988 e por um processo de abertura política e modernização econômica, o período foi atravessado por planos de estabilização, redefinição da política externa e ampliação dos direitos sociais.

Considerando os principais marcos e características desse período histórico, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) A transição da ditadura militar para o regime democrático consolidou-se com a eleição direta para presidente da República em 1989, após um longo processo de mobilização social e abertura política iniciado ainda na década de 1970.

(B) A política externa da Nova República caracterizou-se por alinhamento automático e contínuo aos Estados Unidos, afastando-se de iniciativas multilaterais e de cooperação com organismos internacionais.

(C) A Constituição Federal de 1988 instituiu um novo pacto social, incorporando direitos fundamentais e ampliando o papel do Estado em áreas como saúde, educação e seguridade social.

(D) A implementação do Plano Real, em 1994, representou um marco na estabilização da economia brasileira ao conter a hiperinflação e fortalecer a moeda nacional.

(E) A busca por justiça social e inclusão levou à criação de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que contribuíram para a redução dos índices de pobreza e desigualdade no início do século XXI.

MATEMÁTICA

QUESTÃO 16

Marque o resultado **CORRETO** na seguinte operação numérica: $20 - 3 \times (4 + 2) + 10 \div 2$.

(A) 3.

(B) 7.

(C) 10.

(D) 12.

(E) 14.

QUESTÃO 17

Um agricultor tem uma plantação de maçãs e percebe que, em média, para cada 3 maçãs grandes, ele colhe 5 maçãs pequenas. Se ele colher 30 maçãs grandes, quantas maçãs pequenas ele pode esperar colher, mantendo a mesma proporção?

(A) 40.

(B) 45.

(C) 50.

(D) 60.

(E) 75.

QUESTÃO 18

Maria é uma microempreendedora que decidiu investir R\$ 1.200,00 em um determinado banco no qual oferece uma taxa de juros simples de 5% ao ano. Assinale o valor **CORRETO** do total acumulado após 3 anos.

- (A) 1.380,00.
- (B) 1.400,00.
- (C) 1.500,00.
- (D) 1.560,00.
- (E) 1.800,00.

QUESTÃO 19

Em atenção a sequência de números abaixo, determine qual é o próximo número.

2 → 5 → 11 → 23 → 47 → ?

- (A) 90.
- (B) 91.
- (C) 93.
- (D) 95.
- (E) 103.

QUESTÃO 20

Um mapa representa uma área de terreno com escala de 1 cm: 250 m. Se nesse mapa a distância entre dois pontos é de 3,6 cm, qual é a distância real entre esses dois pontos no terreno?

- (A) 0,30 km.
- (B) 0,32 km.
- (C) 1,45 km.
- (D) 0,65 km.
- (E) 0,90 km.

QUESTÃO 21

Um determinado carro percorre uma distância de 240 km com 20 litros de gasolina. Mantendo o consumo, em quantos quilômetros ele percorrerá com 35 litros?

- (A) 410km.
- (B) 420km.
- (C) 425km.
- (D) 440km.
- (E) 455km.

QUESTÃO 22

Em uma caixa há 5 bolas vermelhas, 3 bolas azuis e 2 bolas verdes, todas do mesmo tamanho e sem marcas. Se uma bola for retirada ao acaso, qual é a probabilidade de ela ser azul?

- (A) 1/3.
- (B) 2/5.
- (C) 3/10.
- (D) 2/5.
- (E) 4/5.

QUESTÃO 23

Qual das opções abaixo representa um número irracional?

- (A) $\sqrt{25}$.
- (B) $\frac{7}{2}$.
- (C) 0,333...(dízima periódica).
- (D) π .
- (E) -8.

QUESTÃO 24

Considerando a expressão algébrica: $(x + 5)^2$. Qual das alternativas representa o desenvolvimento **CORRETO** dessa expressão utilizando produtos notáveis?

- (A) $x^2 + 25$.
- (B) $x^2 + 10x + 25$.
- (C) $x^2 + 5x + 25$.
- (D) $x^2 + 10x + 10$.
- (E) $x^2 + 5x + 10$.

QUESTÃO 25

Considere a seguinte afirmação:
"Se *chove*, então *levo guarda-chuva*.
Hoje eu não levei o guarda-chuva".

Com base nessa informação, é **CORRETO** concluir que:

- (A) Hoje não choveu.
- (B) Hoje choveu.
- (C) Levar guarda-chuva depende da previsão do tempo.
- (D) A afirmação é falsa.
- (E) Não é possível concluir nada.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 26

Ao longo de uma vistoria técnica em uma área de expansão urbana, o servidor responsável pela fiscalização municipal identificou uma obra em andamento sem o respectivo licenciamento e em desacordo com os parâmetros urbanísticos locais.

O executor alegou desconhecimento das exigências e informou que buscaria regularização posterior. O fiscal, por sua vez, verificou também a ausência de responsável técnico habilitado e indícios de instabilidade estrutural.

Com base nos procedimentos administrativos de fiscalização de obras irregulares, aponte a alternativa **INCORRETA** quanto às providências que devem ser adotadas pelo agente público.

(A) O fiscal deverá expedir comunicação formal de irregularidade, assegurando ao responsável prazo razoável para promover a adequação às normas urbanísticas e documentais vigentes.

(B) Caso a situação não seja regularizada no período concedido, deverá formalizar o termo de autuação, aplicando as medidas sancionatórias previstas e registrando a ocorrência no sistema de controle municipal.

(C) Verificada a gravidade das inconformidades, o fiscal poderá recomendar a supressão de parte da edificação, a título de medida corretiva, mesmo antes da conclusão do processo administrativo, desde que fundamentado tecnicamente a decisão.

(D) As ações de vistoria e autuação devem ser documentadas com registros fotográficos, croquis e relatórios circunstanciados, assegurando a rastreabilidade e a transparência dos atos fiscalizatórios.

(E) Em situações que representem risco potencial à segurança pública ou às edificações vizinhas, o fiscal pode adotar medidas cautelares de paralisação imediata, comunicando o fato à autoridade competente para deliberação superior.

QUESTÃO 27

Durante a execução de uma obra pública de médio porte, um operário sofreu queda de nível ao realizar serviço em altura sem o uso de cinto de segurança e linha de vida. A empresa contratada alegou que os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) haviam sido fornecidos, mas a vistoria posterior constatou ausência de controle documental e de treinamento periódico de segurança.

O fiscal de obras, servidor designado para acompanhar o contrato, não havia registrado nenhuma observação técnica nas últimas medições, embora tivesse presenciado a execução de serviços com risco elevado.

Considerando as responsabilidades legais, administrativas e penais que podem recair sobre o fiscal de obras diante de acidentes de trabalho decorrentes de omissão na fiscalização, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) O fiscal de obras responde solidariamente ao empregador apenas na esfera civil, não podendo ser responsabilizado criminalmente, já que a conduta omissiva não gera repercussão penal.

(B) A ausência de fiscalização adequada das condições de segurança pode ensejar responsabilidade administrativa e até penal, caso se comprove que a omissão do fiscal contribuiu para o resultado lesivo.

(C) O fiscal de obras não pode ser responsabilizado, pois sua função é apenas relatar irregularidades e não possui dever jurídico de agir sobre as medidas de segurança implementadas pela contratada.

(D) Ainda que comprovada a omissão, o fiscal somente responderá por infração ética, sendo afastada a responsabilidade civil ou penal, por inexistir vínculo contratual direto com o trabalhador acidentado.

(E) A responsabilidade do fiscal se restringe à verificação documental dos treinamentos e EPIs, não abrangendo o acompanhamento das condições práticas de segurança no canteiro de obras.

QUESTÃO 28

No decurso de uma execução de um empreendimento habitacional de interesse social em área densamente ocupada, o Fiscal de Obras acompanha o cumprimento das condicionantes ambientais previstas no licenciamento municipal. Constatam-se acúmulo de resíduos de demolição sem triagem prévia, emissão excessiva de poeira mineral e ausência de barreiras de contenção próximas ao sistema de drenagem pluvial.

Com base nas obrigações administrativas e técnicas do fiscal de obras quanto ao controle de impactos ambientais em empreendimentos urbanos, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) As medidas de controle ambiental devem ser avaliadas preferencialmente ao término de cada etapa construtiva, quando já for possível mensurar de forma consolidada os efeitos da intervenção.

(B) A atuação fiscalizatória deve se concentrar nas frentes de obra situadas em zonas de restrição ecológica, uma vez que o controle ambiental em áreas urbanas convencionais é atribuição exclusiva do órgão licenciador.

(C) O acompanhamento da gestão de resíduos e da poluição sonora deve ocorrer apenas por meio de inspeções documentais, cabendo a vistoria in loco somente em caso de denúncia formal.

(D) Ao fiscal incumbe reportar as inconformidades ambientais exclusivamente ao ente estadual, pois este detém a competência originária para impor sanções ambientais diretas.

(E) Compete ao fiscal verificar a efetividade das ações mitigadoras de modo contínuo e preventivo, exigindo readequações imediatas sempre que constatada potencial violação às normas ambientais.

QUESTÃO 29

Ao longo de uma revisão do plano diretor de um município de médio porte, o fiscal de obras foi designado para avaliar a coerência entre as diretrizes do planejamento urbano e a aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001).

O diagnóstico revelou que alguns instrumentos vinham sendo aplicados de forma dissociada da política de ordenamento territorial, comprometendo a efetividade da função social da propriedade e a gestão democrática do espaço urbano.

Considerando os princípios e objetivos do Estatuto da Cidade, aponte a alternativa **INCORRETA** acerca da utilização de seus instrumentos urbanísticos no âmbito municipal.

(A) O direito de preempção confere ao Poder Público municipal prioridade na aquisição de imóveis situados em áreas estratégicas, previamente delimitadas em lei, com vistas à execução de políticas habitacionais e de infraestrutura urbana.

(B) A outorga onerosa do direito de construir permite ao município autorizar o aumento do potencial construtivo além do coeficiente básico, mediante contrapartida pecuniária ou equivalente, devendo o produto ser destinado a investimentos urbanísticos e sociais.

(C) A regularização fundiária de interesse social tem por objetivo integrar assentamentos informais à malha urbana, assegurando a titulação dos ocupantes e a melhoria das condições de salubridade e infraestrutura.

(D) O estudo de impacto de vizinhança (EIV) é exigível para todas as edificações e empreendimentos, independentemente do porte ou da localização, e constitui condição obrigatória para a obtenção de licenciamento urbanístico.

(E) A concessão de uso especial para fins de moradia é instrumento aplicável em áreas públicas ocupadas por população de baixa renda, desde que atendidos os requisitos temporais e legais, inclusive a comprovação de posse mansa e pacífica.

QUESTÃO 30

O Município de Cairu pretende implantar um conjunto habitacional em área urbana contígua a um curso d'água, demandando análise prévia do órgão ambiental quanto aos potenciais impactos sobre o meio físico e biótico. Durante o processo de licenciamento, discute-se a necessidade de apresentação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), diante da sensibilidade ecológica da região e da magnitude do empreendimento.

Considerando os princípios da prevenção e da avaliação prévia de impactos, previstos na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) e nas Resoluções CONAMA nº 01/1986 e nº 237/1997, aponte a alternativa **CORRETA** sobre o licenciamento ambiental de obras urbanas.

(A) A obrigatoriedade do Estudo de Impacto Ambiental depende da análise técnica da significância dos impactos, considerando o porte, a natureza e a localização da obra, conforme os critérios definidos pela legislação e pelo órgão licenciador competente.

(B) O Estudo de Impacto Ambiental constitui exigência universal para todo empreendimento urbano, uma vez que o princípio da precaução impõe a avaliação ambiental em qualquer intervenção antrópica.

(C) Obras públicas de habitação de interesse social estão dispensadas de licenciamento ambiental, desde que apresentem plano de manejo de resíduos e medidas compensatórias em fase de execução.

(D) O licenciamento ambiental pode ser substituído por termo de compromisso de mitigação, quando a obra estiver inserida em área urbana consolidada e atender a parâmetros de ocupação preexistentes.

(E) A proximidade de corpos d'água dispensa a análise de impactos cumulativos, bastando a adoção de medidas corretivas após a instalação do empreendimento.

QUESTÃO 31

O Município de Cairu instituiu, por meio da Lei nº 168/2004, o seu Código de Obras, destinado a disciplinar o ordenamento físico do espaço urbano, assegurando segurança, salubridade, estética e respeito às normas urbanísticas.

No decorrer de um vistoria em um loteamento recém-iniciado, o fiscal de obras constatou que uma edificação estava sendo executada sem a emissão do Alvará de Construção. O responsável pela obra argumentou que o documento seria providenciado após a conclusão da fundação, por se tratar de “fase preliminar” da obra.

Considerando o disposto no Código de Obras de Cairu e os deveres funcionais do fiscal, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) O Alvará de Construção constitui ato administrativo autorizativo prévio, indispensável ao início de qualquer obra, independentemente de seu porte ou destinação.

(B) A inexistência do Alvará enseja autuação imediata e embargo da obra, podendo o infrator ser multado e obrigado à regularização no prazo fixado em lei.

(C) O fiscal de obras possui competência para lavrar Auto de Infração e Auto de Embargo, observando o rito administrativo estabelecido pela legislação municipal.

(D) O proprietário poderá prosseguir com a execução da obra enquanto tramita o pedido de alvará, desde que tenha apresentado o projeto técnico completo à Prefeitura.

(E) A reincidência na execução de obras sem licença poderá resultar na aplicação em dobro das penalidades pecuniárias, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

QUESTÃO 32

Durante a execução de um contrato de construção de uma unidade escolar municipal, o fiscal de obras foi designado formalmente pela autoridade competente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, para acompanhar e registrar o cumprimento das cláusulas contratuais. Sua atuação envolve constante interação com o gestor do contrato, com o setor de engenharia e com os órgãos de controle interno e externo, de modo a garantir a observância das normas técnicas, da legalidade e da economicidade na execução da obra. Considerando as atribuições funcionais do fiscal de obras e a necessária articulação entre os diversos entes da administração pública envolvidos, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) Compete ao fiscal de obras comunicar formalmente ao gestor do contrato qualquer desconformidade técnica ou material, recomendando as providências corretivas pertinentes, sem prejuízo da imediata anotação no diário de obra.

(B) O fiscal de obras deve verificar a conformidade dos documentos técnicos e autorizações relativas à execução contratual, mantendo-os arquivados e disponíveis para eventual auditoria ou controle externo.

(C) O fiscal de obras pode solicitar apoio dos órgãos de controle e fiscalização especializados, como vigilância sanitária ou meio ambiente, quando identificar potenciais violações de normas específicas durante a execução.

(D) Cabe ao fiscal acompanhar a execução físico-financeira da obra, verificando o cumprimento das metas e prazos estabelecidos e informando ao gestor sobre eventuais inconsistências que impactem o cronograma.

(E) O fiscal de obras pode determinar, de forma unilateral e sem comunicação à autoridade competente, a paralisação definitiva da obra em caso de descumprimento de exigências ambientais.

QUESTÃO 33

Através de uma fiscalização em uma obra pública, o fiscal de obras observou que o concreto aplicado em determinada etapa apresentava fissuras precoces, levantando suspeitas sobre o controle de qualidade dos materiais utilizados.

Ao verificar o processo de dosagem, constatou-se que a areia empregada possuía teor de umidade superior ao previsto, o que alterou a proporção de água da mistura e afetou a resistência final do concreto.

Considerando as boas práticas de controle de qualidade dos materiais de construção e o papel fiscalizador da administração pública, aponte a alternativa **CORRETA** sobre a influência da umidade dos agregados miúdos na qualidade do concreto.

(A) O excesso de umidade na areia pode ser compensado pelo aumento proporcional da quantidade de cimento, sem prejuízo à resistência do concreto.

(B) A variação de umidade da areia não interfere na resistência do concreto, desde que a mistura seja realizada por tempo superior ao habitual.

(C) O teor de umidade da areia deve ser considerado no cálculo da água adicionada à mistura, pois o excesso hídrico compromete a resistência e a durabilidade do concreto.

(D) A presença de umidade nos agregados é irrelevante, uma vez que o processo de cura elimina o excesso de água ao longo do tempo.

(E) A utilização de areia úmida é aceitável, desde que se aumente o volume total dos agregados para manter o mesmo rendimento de concreto.

QUESTÃO 34

Ao longo de uma execução de uma obra pública de grande porte, o fiscal de obras verificou que o profissional designado como responsável técnico pela execução não possuía registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

A situação levantou dúvidas sobre a validade da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e a regularidade do exercício profissional no âmbito da fiscalização pública.

Considerando a legislação que disciplina o exercício profissional da engenharia e as atribuições do CREA, aponte a alternativa **CORRETA** sobre as consequências e competências envolvidas.

(A) O CREA pode aplicar sanções ao profissional não registrado, mas não possui competência para suspender a execução da obra, já que essa atribuição cabe exclusivamente à autoridade municipal licenciadora.

(B) O CREA pode determinar a paralisação temporária da obra até a designação de um responsável técnico habilitado e registrado, garantindo a conformidade com as exigências legais do exercício profissional.

(C) A ausência de registro ativo do responsável técnico não invalida a ART emitida anteriormente, desde que o profissional esteja vinculado a uma empresa devidamente registrada.

(D) A responsabilidade técnica pode ser transferida informalmente a outro colaborador da equipe, desde que este possua experiência comprovada e supervisão eventual de um profissional habilitado.

(E) O papel fiscalizatório do CREA se limita à emissão e arquivamento de registros profissionais, não abrangendo a inspeção de obras ou a verificação de irregularidades técnicas.

QUESTÃO 35

Durante a revisão do Plano Diretor Municipal, a prefeitura promoveu audiência pública para discutir a aplicação das normas de uso e ocupação do solo em áreas de expansão urbana.

Em um dos debates, um fiscal de obras foi questionado sobre como garantir que o crescimento da cidade ocorra de forma ordenada, ambientalmente equilibrada e compatível com a infraestrutura existente.

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) estabelece princípios que orientam o planejamento urbano e a atuação dos municípios na gestão do território, especialmente quanto ao controle do uso do solo e à proteção ambiental.

Com base nesses princípios e nas boas práticas de planejamento urbano, aponte a alternativa **CORRETA** sobre a aplicação das normas urbanísticas em áreas de expansão.

(A) A expansão urbana deve priorizar o adensamento construtivo, buscando a ocupação intensiva do solo como forma de garantir eficiência econômica e social no uso do território.

(B) As diretrizes de zoneamento podem ser flexibilizadas pelo empreendedor, desde que apresentadas compensações ambientais ou contrapartidas financeiras em favor do município.

(C) A legislação urbanística admite a instalação de empreendimentos habitacionais em qualquer área de expansão, desde que atendam aos parâmetros construtivos definidos no Código de Obras municipal.

(D) Em áreas de expansão urbana, o licenciamento de novos empreendimentos pode prescindir de análise ambiental, quando o projeto possuir finalidade habitacional de interesse social.

(E) O planejamento urbano deve assegurar que o uso e a ocupação do solo em áreas de expansão sejam compatíveis com a infraestrutura disponível, respeitem a proteção ambiental e promovam o equilíbrio entre densidade populacional e qualidade urbana.

QUESTÃO 36

Durante a vistoria de uma obra comercial, o fiscal de obras analisou os relatórios de execução das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias. Verificou-se que a rede elétrica havia sido dimensionada conforme as cargas de projeto, porém sem comprovação de testes de acionamento dos sistemas de proteção.

No sistema hidráulico, observou-se flutuação significativa de pressão nos horários de maior consumo, o que poderia afetar o desempenho de válvulas e aparelhos sanitários. Já nas instalações de esgoto, alguns ramais não apresentavam elementos de desconexão entre o ambiente interno e a rede coletora.

Considerando os princípios de segurança, eficiência e salubridade aplicáveis às instalações prediais, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) O desempenho elétrico adequado depende da coordenação entre disjuntores, condutores e dispositivos de proteção, devendo ser comprovado por ensaios de continuidade e acionamento antes da energização da instalação.

(B) O sistema hidráulico pode apresentar pressões residuais variáveis, desde que mantida a vazão média prevista no projeto, não sendo necessária a verificação simultânea de consumo em múltiplos pontos.

(C) As instalações sanitárias garantem a salubridade do ambiente mesmo na ausência de desconectores hidráulicos, desde que a rede possua declividade e ventilação adequadas.

(D) A eficiência do sistema elétrico é assegurada pelo simples atendimento à carga nominal prevista no projeto, sendo dispensável o uso de dispositivos diferenciais residuais (DR) em edificações comerciais.

(E) O pressurizador hidráulico deve operar sem retroalimentação entre os circuitos de recalque e sucção, o que dispensa o uso de válvulas de retenção quando o reservatório superior estiver localizado no mesmo eixo vertical.

QUESTÃO 37

Ao longo de uma análise de um projeto executivo de edificação pública, o fiscal de obras observou divergências entre o projeto arquitetônico e o projeto estrutural. Enquanto o primeiro previa vãos amplos e fachada contínua em vidro, o segundo indicava a necessidade de pilares intermediários, o que inviabilizaria o desenho original.

Nessas situações, o fiscal deve assegurar que as etapas de compatibilização, revisão e aprovação sejam observadas antes do início da execução, de modo a garantir a estabilidade, a funcionalidade e o cumprimento das normas técnicas aplicáveis.

Considerando as atribuições do fiscal e os princípios técnicos de compatibilização entre projetos, aponte a alternativa **INCORRETA**.

(A) A compatibilização entre os projetos arquitetônico e estrutural visa eliminar interferências e garantir a viabilidade técnica e construtiva do empreendimento.

(B) O fiscal deve verificar se os projetos foram devidamente assinados por profissionais habilitados e acompanhados das respectivas anotações de responsabilidade técnica.

(C) As alterações no projeto arquitetônico, quando demandarem ajustes estruturais, devem ser comunicadas à equipe técnica responsável antes da execução, para revisão conjunta dos impactos construtivos.

(D) O fiscal pode autorizar ajustes de campo no projeto estrutural durante a execução da obra, desde que estes não impliquem alteração no consumo de materiais ou na estética da edificação.

(E) O projeto estrutural deve ser elaborado considerando as cargas permanentes e acidentais previstas no projeto arquitetônico, assegurando a integridade global da edificação.

QUESTÃO 38

Ao avaliar um projeto de loteamento em fase de aprovação, o fiscal de obras constatou que o empreendimento incluía vias e redes de infraestrutura básica, mas não previa a reserva de áreas públicas destinadas a equipamentos urbanos e comunitários.

O responsável técnico sustentou que a exigência poderia ser suprida posteriormente mediante compensação ao município.

Com base na Lei nº 6.766/1979, que regula o parcelamento do solo urbano, aponte a alternativa **CORRETA** acerca dos requisitos indispensáveis à aprovação de loteamentos.

(A) O município pode aceitar compensação financeira ou doação posterior de áreas públicas, desde que o projeto garanta integralmente a execução da infraestrutura essencial prevista no empreendimento.

(B) A autonomia urbanística do município permite aprovar loteamentos sem atender integralmente à lei federal, quando houver parecer técnico fundamentado justificando a adequação territorial do empreendimento.

(C) O projeto de loteamento deve apresentar reserva antecipada de áreas para equipamentos urbanos, comunitários e espaços públicos, condição obrigatória para a aprovação pelo poder municipal competente.

(D) A definição das áreas destinadas a equipamentos urbanos cabe prioritariamente ao Estado, cabendo ao município apenas supervisionar a execução das redes e demais obras de infraestrutura.

(E) A exigência de áreas públicas pode ser relativizada conforme as diretrizes de zoneamento do plano diretor, desde que o projeto assegure proporção equivalente de espaços privados abertos.

QUESTÃO 39

O fiscal de obras é servidor público responsável por zelar pela observância das normas técnicas e legais na execução de obras públicas e privadas, devendo agir com imparcialidade, legalidade e transparência. Em sua atuação, podem surgir situações que testam os limites entre o dever funcional e a responsabilidade administrativa.

Com base nos princípios da administração pública, no poder de polícia e nas normas que regem a função fiscalizatória, analise as assertivas a seguir e aponte a alternativa **CORRETA**.

I. O fiscal de obras que deixa de autuar irregularidade evidente, por complacência ou favorecimento, incorre em omissão funcional, sujeitando-se a responsabilização administrativa e disciplinar.

II. A atuação do fiscal de obras deve ser pautada pela impessoalidade, não podendo o servidor adotar critérios pessoais ou discricionários na interpretação das normas técnicas ou legais.

III. É admissível que o fiscal de obras flexibilize exigências legais em situações emergenciais, desde que haja justificativa técnica e não ocorra prejuízo ao interesse público.

IV. O fiscal de obras responde solidariamente com o responsável técnico da obra pelos danos materiais decorrentes de erro de projeto, quando não tiver participado diretamente da sua elaboração.

- (A) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 40

Em edificações de grande porte, a observância das normas de segurança contra incêndio constitui requisito indispensável para a aprovação e execução da obra. Cabe ao fiscal de obras assegurar que as medidas preventivas e de combate estejam implantadas de acordo com as exigências técnicas e legais, observando, entre outros aspectos, o dimensionamento dos sistemas, a acessibilidade às rotas de fuga e a conformidade com o projeto de prevenção aprovado pelo Corpo de Bombeiros.

Considerando as normas e responsabilidades legais relacionadas à segurança contra incêndio, aponte a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O fiscal de obras deve verificar se a edificação dispõe de sistema de alarme e detecção de incêndio compatível com sua ocupação e área construída, conforme os parâmetros definidos pelas normas estaduais e nacionais aplicáveis.
- (B) Compete ao fiscal de obras garantir que os dispositivos de combate, como hidrantes e extintores, estejam instalados de forma acessível, identificados por sinalização visível e dimensionados conforme o risco da ocupação.
- (C) O fiscal de obras deve fiscalizar a correta execução dos sistemas preventivos e de combate, mas a aprovação e vistoria final desses sistemas são atribuições institucionais do Corpo de Bombeiros.

(D) É atribuição do fiscal de obras supervisionar a execução do sistema de alarme e determinar diretamente a substituição de equipamentos não homologados, dispensando parecer técnico do responsável pela obra.

(E) O fiscal de obras deve verificar se as rotas de fuga e saídas de emergência estão desobstruídas, sinalizadas e iluminadas, garantindo condições seguras de evacuação em caso de sinistro.

QUESTÃO 41

Através de uma inspeção em um canteiro de obras, o fiscal municipal observou que a empreiteira havia instalado barreiras acústicas próximas às áreas de maior ruído, mas não fornecia protetores auriculares individuais aos operários. O engenheiro responsável sustentou que, diante da adoção de medidas coletivas de isolamento sonoro, o uso de protetores individuais seria facultativo.

Considerando as normas de segurança do trabalho aplicáveis à construção civil e as atribuições legais do fiscal de obras, aponte a alternativa **CORRETA**.

- (A) O fornecimento de medidas de proteção coletiva, quando eficazes, dispensa integralmente o uso de equipamentos individuais, cabendo ao fiscal apenas verificar a eficiência do sistema coletivo instalado.
- (B) A obrigação de fornecimento e uso de equipamentos individuais subsiste sempre que houver exposição a agentes de risco acima dos limites de tolerância, mesmo com a adoção de medidas coletivas de proteção.
- (C) O fiscal deve acatar a justificativa técnica do engenheiro responsável, desde que esta esteja acompanhada de relatório ambiental, dispensando a necessidade de autuação.
- (D) A responsabilidade pela segurança no canteiro de obras é exclusiva do empregador, não competindo ao fiscal municipal exigir comprovação do uso de equipamentos individuais.
- (E) O uso de equipamentos de proteção é facultativo quando comprovada a execução de treinamentos periódicos de segurança pela empresa contratada.

QUESTÃO 42

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano e deve orientar o ordenamento do território municipal, assegurando a função social da cidade e da propriedade. Durante a revisão do Plano Diretor de um município, surgiu controvérsia sobre a hierarquia entre as diretrizes gerais do plano e as legislações complementares — como a lei de uso e ocupação do solo e o código de obras.

Considerando os princípios do Estatuto da Cidade e a função normativa do Plano Diretor, aponte a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O Plano Diretor estabelece as diretrizes gerais de ordenamento urbano, devendo ser regulamentado por leis específicas que tratem do uso e ocupação do solo, parcelamento e edificações.
- (B) As normas complementares ao Plano Diretor devem ser compatíveis com suas diretrizes, sob pena de nulidade dos dispositivos que contrariem o planejamento municipal.
- (C) O Plano Diretor pode prever parâmetros construtivos e de uso do solo aplicáveis diretamente, desde que expressamente definidos em seu texto, dispensando regulamentação posterior.
- (D) A revisão do Plano Diretor deve ocorrer de forma participativa, com ampla divulgação e consulta pública, conforme preceitua o Estatuto da Cidade.
- (E) O Plano Diretor, por possuir natureza orientadora, não precisa ser observado pelos demais instrumentos de planejamento urbano, que podem definir parâmetros próprios de forma independente.

QUESTÃO 43

A atuação do fiscal de obras, enquanto agente público investido do poder de polícia administrativa, deve observar um conjunto de princípios ético-jurídicos que asseguram a legitimidade, a impessoalidade e a transparência dos atos de fiscalização.

Considerando os fundamentos da ética pública e os princípios constitucionais que regem a atuação da Administração, aponte a alternativa **CORRETA** sobre a conduta e as responsabilidades do fiscal de obras no exercício de suas funções.

- (A) A impessoalidade e a moralidade exigem que o fiscal aja com independência técnica e isenção, sem privilegiar ou prejudicar qualquer administrado, ainda que por determinação hierárquica.
- (B) O princípio da eficiência autoriza o fiscal a flexibilizar as exigências legais sempre que entender que a medida favorecerá a celeridade dos serviços públicos.
- (C) A conveniência administrativa permite ao fiscal aceitar compromissos verbais de regularização futura, desde que a irregularidade seja de pequena monta.
- (D) O princípio da discricionariedade autoriza o fiscal a aplicar ou dispensar sanções conforme sua avaliação subjetiva da gravidade da infração.
- (E) A subordinação hierárquica torna o fiscal isento de responsabilidade pelos atos ilegais que pratique por ordem de seu superior.

QUESTÃO 44

As medidas de sinalização e segurança em canteiros de obras constituem elemento essencial do poder de polícia urbanístico e visam à mitigação de riscos decorrentes de interferências na via pública e na vizinhança.

Essas medidas devem observar critérios de visibilidade, acessibilidade e resistência mecânica, bem como garantir condições seguras de circulação e orientação aos transeuntes e veículos.

Com base nas boas práticas de segurança na construção civil e nas normas urbanísticas municipais, aponte a alternativa **CORRETA**.

- (A) A responsabilidade pela instalação e manutenção da sinalização é exclusiva do responsável técnico pela obra, cabendo ao fiscal de obras apenas a verificação documental do plano de segurança apresentado no licenciamento.
- (B) A sinalização em obras de construção e demolição deve permanecer ativa e legível em tempo integral, inclusive fora do horário de expediente, de modo a prevenir acidentes decorrentes da permanência de materiais, equipamentos ou desníveis no local.
- (C) Em áreas urbanas de baixo fluxo, é facultado ao executor da obra substituir barreiras físicas por faixas de isolamento simbólico, desde que indicadas em croqui aprovado pela autoridade municipal competente.
- (D) A adoção de tapumes e telas de proteção em obras de pequeno porte é dispensável quando a edificação se localizar fora do alinhamento viário e em terreno de propriedade particular.
- (E) Compete ao fiscal de obras supervisionar a instalação dos dispositivos de segurança, mas não é sua atribuição exigir correção imediata das não conformidades detectadas, devendo apenas comunicar a irregularidade ao órgão licenciador.

QUESTÃO 45

A conformidade com as normas de acessibilidade constitui condição indispensável para a emissão do "Habite-se" e para o exercício do poder de polícia urbanístico municipal.

A NBR 9050/2015, em consonância com a Lei nº 10.098/2000 e o Decreto nº 5.296/2004, define critérios técnicos de projeto, execução e uso, impondo ao fiscal de obras a verificação da adequação dimensional, funcional e perceptiva dos ambientes.

Considerando as disposições normativas citadas e a responsabilidade do fiscal quanto à verificação da acessibilidade plena, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) As rotas acessíveis devem garantir continuidade entre os ambientes, admitindo desníveis de até 1,5 cm sem necessidade de rampas ou rebaixos, desde que acompanhados de piso antiderrapante.

(B) As rampas destinadas ao uso por pessoas com deficiência devem observar inclinação máxima de 8,33% para trechos até 1,50m, sendo obrigatória a instalação de corrimãos bilaterais e patamares intermediários a cada 50cm de desnível.

(C) As portas acessíveis devem possuir vão livre mínimo de 0,80m e altura mínima de 2,10m, devendo o conjunto possuir ferragens e puxadores que permitam acionamento com esforço máximo de 36 N, sem necessidade de prensão firme ou torção de punho.

(D) As áreas de manobra para cadeiras de rodas devem apresentar diâmetro livre mínimo de 1,20m, podendo ser reduzido quando houver mobiliário fixo que não interfira no percurso principal.

(E) Os sanitários acessíveis devem ser exclusivos para pessoas com deficiência, garantindo disponibilidade permanente e evitando o uso compartilhado por outros usuários.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 46

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 consagrou os direitos sociais como instrumentos de concretização da justiça distributiva e da dignidade humana, vinculando o Estado a prestações positivas que transcendem o mero reconhecimento formal. Tais direitos, além de se relacionarem diretamente com a ordem econômica e social, refletem a opção do constituinte por um Estado prestacional e garantidor de condições mínimas para o pleno exercício da cidadania.

Considerando a disciplina constitucional dos direitos sociais, analise as assertivas a seguir e aponte a alternativa **CORRETA**.

I – Embora parte significativa dos direitos sociais dependa de regulamentação infraconstitucional para sua plena concretização, a doutrina constitucional majoritária os classifica predominantemente como normas de eficácia limitada, uma vez que sua implementação material exige atuação estatal planejada e progressiva, não sendo possível atribuir-lhes, em regra, aplicabilidade imediata e plena eficácia sem a mediação legislativa.

II – A proteção à maternidade e à infância, ao lado da assistência aos desamparados, integra o rol dos direitos sociais expressos no texto constitucional e impõe ao Estado tanto o dever de prestação direta de serviços quanto a formulação de políticas públicas, podendo ser exigida judicialmente mesmo na ausência de regulamentação específica.

III – O direito à greve é assegurado aos trabalhadores do setor público e privado, cabendo a estes decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses a serem defendidos, vedada a intervenção legislativa na definição dos serviços essenciais em razão do princípio da separação dos Poderes.

IV – A unicidade sindical, ao impedir a criação de mais de uma entidade representativa da mesma categoria em determinada base territorial, configura limitação ao direito de liberdade sindical, admitida pela ordem constitucional brasileira, e sua observância constitui requisito de legitimidade da atuação sindical perante o Estado.

- (A) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- (B) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- (C) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- (D) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- (E) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 47

A Lei Orgânica do Município de Cairu, em harmonia com os princípios constitucionais que regem a Federação, estabelece as diretrizes fundamentais da organização político-administrativa municipal, delimitando as competências dos poderes, a autonomia do ente local e os mecanismos de atuação administrativa. Tais dispositivos são essenciais para a compreensão do papel institucional do Município e da atuação de seus agentes públicos.

Com base no que dispõe a Lei Orgânica de Cairu e na interpretação sistemática de seus dispositivos, aponte a alternativa **CORRETA**.

(A) O Município de Cairu detém competência legislativa concorrente com o Estado para legislar sobre direito penal e processual penal, desde que a matéria tenha impacto direto na segurança pública local.

(B) É competência exclusiva da Câmara Municipal autorizar o prefeito a ausentar-se do município por qualquer período, independentemente de tempo, sob pena de perda do mandato.

(C) Compete privativamente ao prefeito a iniciativa de leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições de secretarias e órgãos da administração pública municipal, bem como aquelas que fixem ou alterem a remuneração de cargos e funções no âmbito do Executivo.

(D) A fiscalização contábil, financeira e orçamentária do município será exercida unicamente pelo Poder Executivo, por meio dos órgãos de controle interno, sendo vedada qualquer forma de controle externo por parte do Legislativo.

(E) Compete ao Município, em cooperação com a União e o Estado, instituir normas gerais sobre trânsito, transporte intermunicipal e segurança pública, podendo, inclusive, criar forças armadas municipais para atuar em conjunto com os órgãos estaduais.

QUESTÃO 48

O Estatuto dos Servidores Municipais de Cairu disciplina de forma detalhada o regime jurídico aplicável aos agentes públicos municipais, abrangendo desde o provimento de cargos e exercício de funções até as licenças, deveres e responsabilidades funcionais.

Considerando as disposições da Lei nº 89/1998 e suas alterações posteriores, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O servidor poderá permanecer afastado em licença para tratar de interesses particulares por período superior a dois anos, desde que fundamentado o pedido e autorizado pelo prefeito, sem necessidade de observar intervalo entre uma licença e outra.

(B) A readaptação do servidor estável, quando motivada por alteração de sua capacidade física ou mental, poderá acarretar diminuição proporcional de seus vencimentos, desde que expressamente autorizada por laudo médico e ato do prefeito.

(C) O servidor em licença para capacitação deverá comprovar matrícula ou permanência no curso apenas no ato do requerimento, não sendo exigida nova comprovação periódica durante o afastamento.

(D) O servidor poderá optar entre o recebimento de adicional de insalubridade e de periculosidade quando exposto simultaneamente a agentes insalubres e perigosos, sendo vedada a acumulação dos dois benefícios.

(E) O estágio probatório será de 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício, período no qual serão apurados requisitos como assiduidade, disciplina, eficiência e dedicação ao serviço.

QUESTÃO 49

A Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica do Município de Cairu disciplinam a estrutura federativa brasileira e as competências atribuídas ao município, conferindo-lhe autonomia política, administrativa e financeira, além de estabelecerem os limites de atuação de seus poderes constituídos.

Considerando o que dispõem tais normas, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A autonomia municipal compreende a capacidade de auto-organização, autolegislação, autogoverno e autoadministração, sendo-lhe assegurada competência para legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual quando necessário ao atendimento de suas peculiaridades.

(B) Compete ao Município legislar concorrentemente com a União e os Estados sobre direito tributário, financeiro, penitenciário e econômico, sempre que tais matérias tenham reflexo direto sobre os serviços públicos de sua responsabilidade.

(C) A Câmara Municipal exerce, entre outras atribuições, a de julgar anualmente as contas prestadas pelo prefeito, deliberando sobre parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas, que somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Casa Legislativa.

(D) É de competência privativa do prefeito a direção superior da administração municipal e a iniciativa de leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições de órgãos da administração, bem como sobre servidores públicos, seu regime jurídico e provimento de cargos.

(E) O Município de Cairu poderá firmar convênios e consórcios com outros entes federativos para execução de serviços públicos de interesse comum, observada a legislação aplicável e desde que não implique renúncia de sua autonomia constitucional.

QUESTÃO 50

A Lei Complementar nº 765/2024 institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Município de Cairu, definindo princípios, diretrizes, formas de desenvolvimento funcional e estrutura da administração municipal.

Tendo em vista as disposições dessa norma, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A evolução funcional dos servidores municipais dá-se exclusivamente por meio de promoção vertical, vinculada ao tempo de serviço e ao mérito aferido em avaliação periódica, sendo vedada a progressão horizontal para padrões de vencimento dentro da mesma classe.

(B) A progressão funcional horizontal é a passagem do servidor de um padrão de vencimento para outro imediatamente superior dentro da mesma classe, condicionada ao cumprimento dos requisitos de tempo mínimo no cargo, resultado satisfatório em avaliação de desempenho e participação em programas de capacitação quando previstos.

(C) A promoção funcional dispensa a comprovação de escolaridade superior à exigida para o ingresso no cargo efetivo, bastando o tempo de serviço e o resultado obtido em avaliação anual de desempenho.

(D) As carreiras dos servidores municipais são compostas por apenas duas classes, sendo vedada a subdivisão em padrões de vencimento ou níveis intermediários, a fim de garantir isonomia entre cargos de igual atribuição.

(E) O enquadramento do servidor no novo plano ocorrerá automaticamente após sua aprovação, sendo dispensada qualquer análise documental ou ato formal de homologação pela autoridade competente.